

## A UNIFICAÇÃO DA EUROPA COMO VETOR DE CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM MUNDIAL MULTIPOLAR

*"A unificação da Europa próximo à virada do século XXI, quando e se completada, representará uma das tendências mais importantes na definição de nosso novo mundo. É importante, antes de tudo, porque provavelmente (mas não com certeza) acabará com as guerras milenares entre as principais potências européias, prática recorrente que levou destruição e sofrimento à Europa e, nos últimos tempos, ao mundo, ao longo de toda a história de que se tem registro, atingindo o auge da violência na primeira metade do século XX. Também é significativa porque uma Europa unificada, com seu poderio econômico e tecnológico e influência cultural e política, aliados ao desenvolvimento da região do Pacífico, servirá de apoio ao sistema de poder mundial em uma estrutura policêntrica (multipolar), impedindo a existência de qualquer potência hegemônica, apesar da contínua preeminência militar (e tecnológica) dos Estados Unidos. E, afirmo, também é importante como fonte de inovação institucional que poderá fornecer respostas a crise do Estado-nação. Isso porque, em torno do processo de formação da UE, estão sendo criados novos tipos de governo e novas instituições governamentais nos âmbitos europeu, regional e local, motivando uma nova forma de Estado que proponho chamar de Estado em Rede".*

Castells, Manuel-End of Millenium

*"A integração européia é ao mesmo tempo, uma reação ao processo de globalização e sua expressão mais avançada. Também é prova de que a economia global não é um sistema indistinto constituído de empresas e fluxos de capital, mas uma estrutura regionalizada em que as velhas instituições nacionais e as novas entidades supracionais ainda desempenham papel importante na organização da concorrência econômica e na obtenção ou desperdício de seus benefícios".*

Castells, Manuel- End of Millenium

A formação da União Européia, está relacionada a três séries de ameaças, em três momentos históricos: as décadas de 1950, 80 e 90. Nas três situações os objetivos a serem alcançados eram políticos e os caminhos para alcançá-los, foram as medidas econômicas. Após a 2ª Guerra Mundial, os EUA através de alianças político militares lideraram a reconstrução da Europa Ocidental, através da aplicação do Plano Marshall, que implicava em investimentos financeiros e expansão das áreas de ação de multinacionais americanas. Dessa forma se configurava a ampliação do poder norte-americano sobre a Europa. No final da década de 1940, vários países europeus ocidentais, reuniram-se em Haia com o objetivo de reconfigurar politicamente a Europa, através de alianças ou tratados, com isso se objetivava não só proteger a Europa Ocidental, como resgatar o seu crescimento e ainda de forma a não mais cometer as exclusões do pós 1ª Guerra, quando a Alemanha foi mantida a parte do projeto de reconstrução. As alianças trariam a Alemanha e uma potência continental tentando afastar os riscos de uma nova guerra, para isso entrava em cena a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o pacto político-militar com o objetivo de manter o equilíbrio na própria Europa Ocidental.

Em 1951, foram assinados os tratados de criação da CECA (Comunidade Européia do Carvão e do Aço), que começou a funcionar em 1952, este mercado criava uma zona de vantagens alfandegárias no comércio do ferro, ferro gusa, carvão e aço para os seguintes países: França, Alemanha Ocidental, Itália e BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

Na verdade, a criação da zona e livre comércio basicamente de ferro e aço tinha um objetivo político, que era impedir o desenvolvimento autônomo nos setores que tinham relevância para o crescimento do potencial bélico e econômico, pois naquela época o setor de "ponta" da indústria era a siderurgia. Os resultados da CECA, foram extremamente positivos, reacendendo a idéia de integração e alianças na Europa, por isso em 1957, foram assinados os Tratados de Roma que criaram a EURATOM (que coordenava a política de um novo setor estratégico que era o nuclear) e o MCE ou CEE (Mercado Comum Europeu ou Comunidade Econômica Européia), buscava-se com certeza uma maior complexidade de integração, pois um mercado subentende três liberdades pessoas, mercadorias, serviços e informações. A expansão do mercado aconteceu pela primeira vez na década de 1970, com a inclusão do Reino Unido, Irlanda e Dinamarca. Essa situação traz também uma nova visão de integração, pois o Reino Unido não aceita a inclusão de questões relacionadas à soberania dentro do bloco. Durante a década de 1970 ocorreram as crises do petróleo 1973 e 1979, com isso a constatação por parte da Europa do controle político das duas superpotências, além de se tomar consciência do avanço tecnológico apresentado pelos EUA e pela região do Pacífico. Dentro desse quadro, o MCE se amplia mais uma vez, agora já nos anos 1980 com a inclusão de Portugal, Espanha e Grécia. É importante observar, que essa inclusão busca ampliação de mercados, como também aproximação de áreas de economia em expansão, como é o caso da Espanha, que na época era a 8ª economia de mercado do mundo. Mas, deve-se observar que também trouxe áreas deprimidas e áreas com problemas políticos sérios. A ofensiva da Europa Ocidental continua principalmente diante do crescimento tecnológico norte-americano, governos do MCE buscam então criar projetos transnacionais de recuperação tecnológica, essa situação, que é resultante da temeridade de que a Europa se tornasse uma colônia tecnológica americana, determinará a assinatura em 1987 do Ato Único Europeu (SEA), traçando os rumos para a unificação.

O ocaso da Guerra Fria provocou a aceleração do projeto de unificação, uma vez que em 1989 começa o projeto de reunificação da Alemanha com a queda do muro de Berlim, portanto, tem-se uma nova Alemanha, que unida representa mais de 30% do PNB da Comunidade Européia. Em 1992, entrou em execução o Tratado de Maastricht, que criou a União Européia cujo objetivo é a criação de um megaestado europeu, para tanto se buscou novamente soluções econômicas, para viabilizar projetos políticos. A decisão mais importante e complexa até o presente momento é a implantação da euro, que criou uma nova escala de integração européia, uma vez que membros do bloco não se decidiram pela integração, é o caso de Reino Unido, Suécia e Dinamarca. A Grécia, ingressou na zona da euro em 1 de janeiro de 2001 e mais recentemente a Eslovênia passou a integrar a Eurozona.

Atualmente, a UE conta com 27 membros: França, Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido, Irlanda, Dinamarca, Portugal, Espanha, Grécia, Suécia, Áustria, Finlândia, Malta, Chipre, Estônia, Letônia, Lituânia, Rep. Tcheca, Rep. Eslováquia, Hungria, Polônia, Eslovênia, Bulgária e Romênia. Trata-se de uma UE bem maior que aquela do começo dos anos 1990, que contava com 15 países membros. No caso, uma UE que, com os avanços alcançados a partir do Tratado de Maastricht, passou a apontar na direção de uma integração em outros níveis, que não somente o econômico, mas também nos planos político, sócio-cultural e militar. São avanços que indicam cada vez mais a emergência de uma UE mais credenciada a reivindicar junto aos Estados Unidos uma maior participação quanto à tomada de decisões que envolvam as questões de interesse internacional.

A União Européia completou em 2007, cinquenta anos de criação, ostentando o título de mais bem sucedida tentativa de integração regional e mostrando um fôlego impressionante ao avançar para a Europa Oriental integrando territórios a sua área de influência até então historicamente ligados à Rússia, é o caso de vários países eslavos, que desde 2004 passaram a integrar o bloco e esse não é o único desafio enfrentado por eles.

Se considerarmos que além da diversidade étnica que é facilmente identificada neste bloco e o passado recente de diferenças ideológicas, é patente o atraso econômico de alguns integrantes do bloco em relação a outros, mas essas dificuldades nem de longe tem parado aquele que talvez seja o mais impressionante projeto político em andamento no mundo de hoje: a expansão do poder da Europa Ocidental em direção à Ásia trazendo uma nova roupagem a da discussão democrática da integração.

O bloco ainda tem muito que caminhar, no presente momento precisa voltar a discutir a questão de sua constituição bem como a integração dos novos membros nos próximos anos entre eles a Turquia cujo pedido de adesão já há muito está sendo discutido pelo bloco, mas ainda ocorrem resistências, devido algumas posturas do governo daquele país em especial para com os curdos.

É importante destacar, que nem todos os estágios do bloco estão vencidos pelos seus participantes que, entretanto tem prazos para fazer os ajustes e assim obter o direito de participar da zona monetária e da livre circulação de pessoas.